



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES
LEI Nº 14.133/2021**

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS EM VIA URBANA COM DRENAGEM E CALÇADAS NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE – AP (CONVENIO TRANSFEREGOV Nº 941406/2023-MD/DPCN).

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEMIDUR, juntamente com auxílio técnico, elaborou o Estudo Técnico Preliminar visando a análise da viabilidade e adequação da contratação em tela, bem como o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE/AP.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. As vias não pavimentadas de Porto Grande – AP, sofrem em períodos chuvosos, que causam o acúmulo de água, dificultando o acesso dos cidadãos, danificando veículos que diariamente transitam por essas vias fazendo manobras perigosas que podem ocasionar em graves acidentes. Trata-se de um desejo comunitário e uma realização de melhoria para o município, uma vez que, ameniza os transtornos causados pela ação do tempo, tanto em períodos chuvosos quanto nos períodos de seca.
- 2.2. Com iniciativa da pavimentação de vias urbanas em blocos intertravados com drenagem e calçadas, pretende-se melhorar a malha viária, facilitar o acesso das famílias aos serviços públicos (educação, saúde e segurança) proporcionar conforto aos usuários, oportunizando as famílias uma cidade com melhor aspecto urbanístico em sua infraestrutura básica, trafegabilidade de veículos e pedestres, além de oportunizar geração de emprego e renda.
- 2.3. **Detalhamento a ser contemplado na obra:**

O projeto contempla a execução de calçadas para passeio público em concreto simples, rampas de acessibilidades, pavimentação em bloquete sextavado sinalizada, estacionamento bloquete retangular, sistema de drenagem superficial (meio-fio, sarjetas) e profunda, pista de caminhada, iluminação pública, construção de bancos em concreto, passeio em brita e área verde.

Os materiais foram adotados para proporcionar durabilidade levando-se em consideração o clima da região norte e a facilidade de execução da obra.

A obra esta localizada no bairro Aeroporto, município de Porto Grande – AP e terá 28.996,30m² de área total construída

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A contratação da empresa para a realização das obras e serviços de engenharia relacionados à PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS EM VIA URBANA COM DRENAGEM E CALÇADAS NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE – AP (CONVENIO



ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE

TRANSFEREGOV Nº 941406/2023-MD/DPCN). estará sujeita a rigorosos critérios técnicos obrigatórios e padrões mínimos de qualidade. Esses critérios e padrões têm como objetivo garantir que a proposta selecionada atenda às necessidades específicas do projeto e à efetividade de sua execução.

CRITÉRIOS BÁSICOS

- a) **Experiência Comprovada:** A empresa proponente deve apresentar histórico bem-sucedidos, demonstrando capacidade técnica e experiência na realização de obras de infraestrutura similares.
- b) **Equipe Qualificada:** A proposta deve incluir uma equipe técnica qualificada e experiente, composta por profissionais habilitados nas áreas relevantes da engenharia e arquitetura.
- c) **Conformidade Legal:** A empresa deve estar em conformidade com todas as regulamentações, normas e legislações pertinentes à operação de obras e serviços de engenharia.

3.2. Natureza do Objeto Contratual

- 321. O objeto da contratação em questão possui uma natureza não contínua. O propósito da contratação é a realização das obras e serviços de engenharia para a consecução do mesmo. Este objeto tem um escopo bem definido e será concluído dentro de um período determinado, correspondente à execução das atividades necessárias para a pavimentação.
- 322. O caráter não contínuo da contratação reflete a delimitação temporal do projeto, que abrange desde o início das obras até a conclusão. Portanto, a contratação em si não perdurará no tempo de maneira indefinida, sendo limitada ao período necessário para a execução do serviço conforme o escopo previamente estabelecido, onde havendo necessidade superveniente, o prazo definido no cronograma físico financeiro do projeto, poderar ser prorrogado ate o limite de 60 (sessenta) meses.

3.3. Da execução

- 331. Para a execução e entrega do objeto, o prazo será conforme cronograma físico e financeiro da obra, detalhado e especificado no projeto básico.
- 332. O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado por iniciativa da administração, fundamentado em conveniência, caso fortuito ou força maior e também por solicitação da contratada, devidamente justificada com antecedência razoavel do encerramento do prazo contratual e aceito pela administração e ainda nas condições estabelecidas na Lei 14.133/2021

3.4. Locais, Prazo e Cronograma de Entrega

- 341. A referida obra será executada no município de Porto Grande/AP, no bairro Aeroporto, delimitações mais precisas acerca da localização exata, constarão no projeto básico e projeto arquitetônico, onde a análise, adentrará de forma precisa o(s) local(is) de execução.
- 342. O prazo e o cronograma de entrega serão estabelecidos em consonância com as etapas do projeto, visando à entrega pontual e à manutenção da qualidade.
- 343. Mais detalhamentos estarão presentes nas peças que compõem o projeto básico da contratação.
- 344. Esses requisitos garantirão a seleção de uma proposta que atenda adequadamente



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

às necessidades do projeto e assegure a qualidade do objeto pleiteado

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

4.1 Para tanto, visando a consecução do objeto, estimou-se os quantitativos discriminados na tabela abaixo

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD
01	PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS EM VIA URBANA COM DRENAGEM E CALÇADAS	SERVIÇO	01

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Em razão da natureza do objeto, o qual é único, não foi realizado um levantamento de mercado, haja vista que somente existe uma solução, que será a contratação de empresa para executar a obra, nos moldes da Lei 14.133/2021.

SOLUÇÃO 01: PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS EM VIA URBANA COM DRENAGEM E CALÇADAS

5.2 A escolha da modalidade seguirá os parâmetros legais definidos na Lei 14.133/2021, o caráter específico da obra e serviços a serem contratados, assim como pela natureza do objeto, os valores e as propostas a serem apresentadas são centralizadas pelas empresas participantes do processo licitatório, seguirão o discriminado no projeto básico, executivo e arquitetônico, constantes no processo para execução do objeto.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. A estimativa do valor da contratação para a execução do objeto é de **R\$ 5.940.181,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta mil, cento e oitenta e um reais)**, conforme estabelecido no **TERMO DE CONVENIO TRANSFEREGOV Nº 941406/2023-MD/DPCN**, obtido através da tabela SINAPI de preços, art. 23, § 2º, Inciso I da Lei 14.133/2021.

6.2. Valores, quantitativos, especificações, estarão discriminadas nas peças técnicas e no projeto básico referente a execução da obra

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 A descrição da solução abrangente para a **PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS EM VIA URBANA COM DRENAGEM E CALÇADAS NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE – AP (CONVENIO TRANSFEREGOV Nº 941406/2023-MD/DPCN)**, encontra-se detalhada em tópicos específicos de documentos técnicos fundamentais para o empreendimento. Essa descrição é fundamental para a compreensão da amplitude e complexidade do projeto, bem como para assegurar a correta execução das obras e serviços envolvidos.

Documentos Técnicos de Referência

7.1.1. A descrição da solução como um todo é minuciosamente abordada nos seguintes documentos técnicos:



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

- **Projeto Arquitetônico e Complementar:** Detalha a disposição espacial da obra, com foco na funcionalidade e detalhamento técnico. Aborda aspectos de acessibilidade, segurança estrutural, layout, integração as demais disciplinas técnicas pertinentes ao objeto.
- **Especificações Técnicas:** Apresenta especificações detalhadas dos materiais a serem utilizados, assim como dos métodos construtivos apropriados para cada etapa da obra. Engloba informações que garantem a qualidade, a durabilidade e a conformidade da execução.
- **Memorial Descritivo:** Documenta o conceito do projeto, descrevendo os objetivos, as diretrizes e as justificativas da solução adotada. Além disso, detalha aspectos técnicos e funcionais relevantes para a execução da obra.
- **Orçamento:** Apresenta a estimativa de custos associada à implementação da solução proposta. Detalha os itens que compõem o investimento, incluindo materiais, mão de obra, serviços, equipamentos e demais despesas.
- **Termo de Referência:** Documenta os parâmetros legais e administrativos, que será conduzido e adotado na execução do objeto.
- **Contrato:** Documento de vínculo entre contratante e contratada, que trará cláusulas vinculantes entre as partes nele firmado

7.2. Coerência e Integralidade

- 7.2.1. A descrição da solução em seus diversos aspectos, conforme documentada nos documentos técnicos de referência, assegura que a implementação do projeto seja coesa, integral e alinhada com os requisitos definidos. A descrição abrange desde os aspectos conceituais e funcionais até os detalhes técnicos e financeiros, garantindo uma visão abrangente que engloba desde o macro até o micro aspecto da construção.

8. DA OPÇÃO PELO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 8.1. A contratação da solução para a execução do objeto, será realizada sem o parcelamento, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação vigente e considerando as orientações dos tribunais de contas.
- 8.2. A legislação brasileira, bem como as jurisprudências dos tribunais de contas, estabelecem como regra a contratação por itens, visando a promover a concorrência e a eficiência nas licitações. A divisão da contratação em itens permite a participação de um maior número de fornecedores e a obtenção de preços mais competitivos para cada componente do projeto.
- 8.3. No entanto, a contratação sem o parcelamento pode ocorrer mediante justificativa plausível, conforme previsto no inciso IV art. 15, da Lei nº 14.133/2021. Essa justificativa pode considerar critérios como a inviabilidade técnica, a dificuldade de obtenção de propostas competitivas em separado ou a complexidade da solução a ser contratada.
- 8.4. A não realização do parcelamento na contratação da solução, se baseia em uma análise criteriosa das características específicas do projeto. A complexidade técnica e funcional da obra, aliada à necessidade de assegurar a integração adequada entre as diferentes partes que compõem o objeto, o qual é inviável parcelar por etapas ou até



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

mesmo itens, da contratação, tendo em vista que adotará critério de julgamento global

8.5. Além disso, considerou-se que a realização do parcelamento poderia comprometer a qualidade e a eficiência do empreendimento, uma vez que a divisão em itens poderia dificultar a integração entre os componentes do projeto e aumentar os riscos de incompatibilidades.

8.6. Dessa forma, a opção pelo não parcelamento da solução é pautada em critérios que visam ao melhor interesse do projeto, garantindo a execução de um empreendimento coeso, funcional e adequado às necessidades da Administração e da população atendida, em conformidade com a legislação vigente e os princípios de eficiência e transparência na contratação pública.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

9.1. Não se vislumbra a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para o objeto desta contratação, sendo projetada para ser independente e autossuficiente na produção dos resultados pretendidos. Portanto, a não inclusão de contratações correlatas é justificada pela especificidade e singularidade do projeto em questão, pela manutenção do foco na descrição detalhada e pela simplificação do processo licitatório, garantindo a eficácia e a clareza na busca pela solução mais adequada às necessidades da Administração e do projeto.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. A Administração visa alcançar resultados substanciais e diretos por meio deste empreendimento, em termos de sua funcionalidade, impacto sociais e benefícios para a comunidade.

Sustentabilidade Financeira

10.2. A execução do objeto, por meio deste processo licitatório, tem como um dos principais resultados almejados a otimização dos recursos financeiros disponíveis. A Administração busca maximizar a relação custo-benefício, assegurando que os investimentos sejam aplicados de forma eficiente, a fim de o resultado atenda plenamente às necessidades da população, ao mesmo tempo em que evita desperdícios e gastos desnecessários.

Sustentabilidade Social

10.3. A Administração almeja não apenas a execução e finalização da obra, mas também seu retorno potencial e eficiente ao longo do tempo. Ao garantir a utilização responsável dos recursos desde o início, o projeto visa a assegurar a viabilidade e a durabilidade da obra no futuro.

Impacto na Comunidade

10.4. A ênfase na economicidade e no aproveitamento eficiente dos recursos também se traduz em um impacto positivo direto na comunidade. A otimização dos investimentos possibilitará à Administração alocar recursos em outras áreas essenciais, beneficiando a população de maneira mais abrangente e reforçando o compromisso com a promoção do bem-estar e da qualidade de vida. Uma vez que a execução dos serviços, culminará em retorno positivo direto na comunidade por ela contemplada

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE

- 11.1. No âmbito deste ETP, optou-se por não abordar detalhadamente as providências específicas a serem tomadas pela Administração previamente à celebração do contrato. Esta decisão é justificada pela natureza do documento, que se concentra na descrição do objeto a ser licitado, suas especificações técnicas e requisitos necessários, com o intuito de promover uma apresentação mais clara e objetiva do objeto licitado.
- 11.2. Entretanto, é importante ressaltar que a Administração reconhece a importância das providências prévias para a eficácia e sucesso da execução do projeto. Essas providências podem abranger adaptações no ambiente organizacional, obtenção de licenças e autorizações, capacitação de servidores, análise de contratações anteriores, entre outras medidas relevantes para garantir a adequada implementação e gestão do contrato.
- 11.3. A não abordagem dessas providências no ETP não significa que a Administração negligencie esses aspectos. Pelo contrário, a Administração se compromete a adotar as medidas necessárias para a preparação e implementação do projeto de forma eficiente e eficaz. Essas providências serão devidamente contempladas em etapas posteriores do processo, como parte das ações pré-contratuais e de preparação para a execução do objeto licitado.
- 11.4. Portanto, a não inclusão detalhada das providências a serem tomadas pela Administração neste ETP não diminui sua relevância e comprometimento com a realização adequada do projeto, mas sim reflete uma escolha de foco na descrição do objeto e em seus requisitos técnicos para proporcionar uma documentação mais concisa e direcionada.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

- 12.1. Neste ETP, optou-se por não abordar detalhadamente os possíveis impactos ambientais e as medidas mitigadoras específicas associadas ao objeto. Essa decisão foi tomada para manter o foco na descrição do objeto, requisitos técnicos e demais aspectos essenciais da contratação.
- 12.2. Entretanto, a Administração reconhece a importância de considerar os aspectos ambientais e adotar medidas para minimizar possíveis impactos negativos durante a execução do projeto. Portanto, as informações sobre os possíveis impactos ambientais, bem como as medidas mitigadoras, serão detalhadas em documentos específicos do projeto, tais como:
- **Projeto Arquitetônico e Complementar:** Detalhará a concepção do edifício, incluindo os aspectos de sustentabilidade e medidas para minimização de impactos ambientais, como eficiência energética e uso de materiais sustentáveis.
 - **Especificações Técnicas:** Conterá os critérios e requisitos técnicos relacionados à execução da obra, e aos aspectos ambientais, incluindo a descrição de materiais ecoeficientes e diretrizes para a gestão de resíduos.
 - **Memorial Descritivo:** Apresentará informações sobre o projeto de forma mais detalhada, abordando também aspectos relacionados à proteção ambiental e medidas para mitigação de impactos.
 - **Documentos de Licenciamento Ambiental:** Quando aplicável, os documentos de licenciamento emitidos pelos órgãos ambientais conterão diretrizes e condicionantes específicas relacionadas à proteção ambiental.



ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE

- 12.3. A não abordagem deste tópico no ETP não significa desconsideração pela importância dos aspectos ambientais, mas sim uma escolha estratégica para concentrar-se nos elementos essenciais para a contratação. As informações e medidas ambientais serão devidamente contempladas nos documentos específicos do projeto, garantindo a adequada consideração dos aspectos ambientais durante todas as fases da obra

13. CONCLUSÃO QUANTO À VIABILIDADE E ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. Após minuciosa análise das necessidades e objetivos relacionados ao objeto, **CONCLUI** que a contratação desse empreendimento é plenamente viável e adequada para atender às necessidades e demandas elencadas neste estudo.
- 13.2. A presente descrição do objeto, baseada em critérios técnicos, normativos e requisitos específicos, evidencia a importância da realização da obra para usufruto da cidade de Porto Grande/AP.
- 13.3. A abordagem detalhada dos aspectos técnicos e dos requisitos normativos reflete o compromisso da Administração em conduzir um processo transparente, sustentável e alinhado com as melhores práticas de contratações públicas.
- 13.4. Portanto, diante da relevância, fica definido o objeto como **PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS EM VIA URBANA COM DRENAGEM E CALÇADAS NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE – AP (CONVENIO TRANSFEREGOV Nº 941406/2023-MD/DPCN)** e a Administração ratifica a decisão de promover a contratação do referido empreendimento, via licitação.
- 13.5. Vale destacar, que as obras e serviços abordados neste estudo, são de natureza comum.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 14.1. Demais critérios, como os (REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO; MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO; MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO; CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO; FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO) estarão pormenorizadas no Termo de Referência e Minuta do Contrato, ulterior a este estudo.
- 14.2. Em virtude da não elaboração do PCA no ano de 2024, este estudo técnico preliminar esta sendo elaborado posterior a aprovação do projeto básico pelo concedente, no caso o DPCN, conforme peças constantes no **CONVENIO TRANSFEREGOV Nº 941406/2023-MD/DPCN**

Porto Grande/AP, xx de xxxx de 2024.

RESPONSÁVEIS	
<hr/> IVALDO DE OLIVEIRA COSTA Sec. Mun. de Infra. e Desenvolvimento Urbano	<hr/> Sívori Camilo Santos Da Rocha Arquiteto & urbanista CAU: A141095-4